

Copyright © 2020 by Máira Lopes de Castro

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C355t

Castro, Máira Lopes de

Teoria do agir comunicativo e métodos adequados de resolução de conflitos : novos olhares sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos / Máira Lopes de Castro. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

196 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 167-179.

ISBN 978-65-5510-403-5

1. Administração de conflitos. 2. Política judiciária. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Lista de Abreviaturas	XI
Prefácio	1
Apresentação	7
1 Introdução	9
2 Acesso a Justiça e Poder Judiciário: uma Releitura Necessária	13
2.1 A jurisdição no Estado Constitucional.....	13
2.1.1 Jurisdição estatal.....	21
2.1.2 Jurisdição arbitral.....	29
2.1.3 Equivalentes jurisdicionais	35
2.2 Acesso à Justiça como Acesso à Ordem Jurídica Justa.....	40
2.3 A crise do Poder Judiciário	44
2.3.1 Crise numérica e suas concausas	45
2.3.2 A crise de efetividade.....	50
2.3.3 O modelo positivo-legalista do ensino jurídico brasileiro	55
3 Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses	59
3.1 <i>Alternative Dispute Resolution (ADR)</i> e Tribunal Multiportas.....	61

3.2 Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	65
3.2.1 Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	69
3.2.2 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.....	71
3.2.3 Dos anexos da Resolução 125/2010 – Diretrizes Curriculares (Anexo I) e Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (Anexo III).....	74
3.2.4 Outras determinações da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.....	78
3.3 Lei 13.105/2015 – O novo Código de Processo Civil brasileiro.....	79
3.3.1 O conciliador e o mediador	83
3.4 Lei 13.140/2015 – A Lei da Mediação.....	90
4 Interseções entre a Proposta Habermesiana do Agir Comunicativo e os Meios Adequados de Resolução do Conflito.....	95
4.1 A comunicação humana	96
4.2 Por uma racionalidade comunicativa.....	100
4.2.1 Racionalidade comunicativa e racionalidade instrumental.....	110
4.3 A mediação como ferramenta do agir comunicativo no âmbito da resolução de conflitos.....	116
5 Análise de Conteúdo da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos à Luz do Agir Comunicativo	123

5.1 O método – Análise de Conteúdo.....	123
5.2 Pré-análise da legislação.....	125
5.3 O tratamento do resultado, inferências e interpretação.....	126
5.3.1 Categoria A: existem indicadores do agir comunicativo na legislação referente a implementação da política pública?.....	127
5.3.1.1 A Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.....	127
5.3.1.2 A Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil.....	135
5.3.1.3 A Lei 13.140/2015 – Lei de Mediação.....	139
5.3.2 Categoria B: existem indicadores do agir estratégico na legislação referente a implementação da política pública?.....	142
5.3.2.1 A Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.....	143
5.3.2.2 A Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil.....	152
5.3.2.3 A Lei 13.140/2015 – Lei de Mediação.....	157
6 Considerações Finais	163
Referências	167